

Parecer nº 96/97

Data: 1997.09.24

Processo nº 258

Requerente: Instituto do Consumidor.

I - O pedido

1. No âmbito de um litígio que há vários anos envolveu a Fiancamar e a Ourahotel encetou o então Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INDC) uma acção de mediação tendo em vista proteger os legítimos direitos de muitos consumidores lesados, agrupados na Associação de Titulares de Santa Eulália.

Para o efeito foi encomendada uma avaliação do estado físico e financeiro do empreendimento.

O conflito mantém-se, actualmente numa fase contenciosa, protagonizado agora pelas empresas Vermont e Adrotel.

Se bem que o instituto do consumidor tenha há vários anos dado por finda a sua função de mediação, a Vermont veio solicitar cópia do relatório de avaliação acima referido.

2. Tendo o Instituto do Consumidor "dúvidas sobre a legitimidade e obrigatoriedade de fornecer o citado documento", vem solicitar que seja emitido parecer, certamente ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei do Acesso aos Documentos da Administração - LADA).

II - Apreciação

3. Em primeiro lugar impõe-se referir que o aludido documento se integra no objecto da LADA: é um documento detido por um órgão de um instituto público (artigo 3º).
4. Analisado o conteúdo do documento é indubitável, face ao disposto no artigo 4º da LADA, que não tem natureza nominativa.
5. Por outro lado. o pedido formulado pelo Instituto do Consumidor não dá qualquer elemento que nos permita considerar estar o documento sujeito ao regime previsto nos artigos 5º, 6º ou 7º, nºs 5 e 6.
6. Da análise do conteúdo do documento resulta que não está igualmente sujeito à disciplina do artigo 7º, nº 7, ou do artigo 10º.
7. Assim, estamos perante um documento administrativo de natureza não nominativa para o qual a lei fixa o mais alargado regime de acesso: todos têm direito de acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo (artigo 7º, nº 1).
8. Para este tipo de documentos a Lei não fixa qualquer limitação em função de critérios de legitimidade e estabelece a obrigatoriedade de a Administração permitir o acesso, v. g. mediante a reprodução por fotocópia [vide artigo 12º, nº 1, b), e nº 2, e o Despacho Conjunto nº 280/97 publicado no Diário da República, II Série, nº 200, de 30/08/97, a pág.10.658].

III - Parecer

9. Pelos fundamentos referidos, nos termos dos artigos 15º, nº2, e 20º, nº1, e), a CADA delibera que o Instituto do Consumidor deve permitir o acesso ao referido documento.

Lisboa, 24 de Setembro de 1997.

João Figueiredo (Relator) - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *Gameiro dos Santos* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).